



Um acordo de flutuação ortográfica

Pedro M. Garcez*

Neste ano, mais uma reforma ortográfica se abateu sobre todos nós, leitores e, principalmente, escritores em língua portuguesa. Pode ser “um amontoado de regras desordenadas, mal concebidas” (Moreno, *Zero Hora*, 25/10/2008, p. 8), mas agora é fato – com o qual vamos ter que nos conciliar até nos habituarmos com as poucas novas formas.

Mudam poucas palavras, é certo; mas, em se tratando de ortografia, já são muitas. De modo semelhante ao que acontece quando avistamos o rosto de uma pessoa e de chofre sabemos se a conhecemos ou não, os leitores fluentes não compõem pedacinhos de letras e palavras, mas sim veem conjuntos de sinais. E aí as novidades podem atrapalhar. Bem pior, contudo, é ter que pensar sobre o que já era hábito bem-sucedido na hora de redigir.

O ideal mesmo em ortografia é não mexer. E na ortografia da língua portuguesa muito foi mexido, nos mandos e desmandos que desde o início do século passado se fizeram em Portugal e no Brasil, às turras para criar um padrão rígido de grafia, mesmo que à época suas populações fossem analfabetas quase por completo e, portanto, alheias à escrita.

Por esse ângulo, dá até gosto assistir agora a tanta discussão sobre as mudanças na ortografia, pois hoje temos muitos mais leitores e escritores do que à época da reforma de 1971, e dezenas de milhões a mais do que havia quando das reformas de 1945, 1943, 1931, 1911, 1904. Antes disso, eram tão poucos os que liam e escreviam em português que nem havia pressão para uma grafia padronizada, mesmo que a língua tivesse começado a aparecer por escrito já em inventários do século XII.

Curioso é ver como toda a preocupação despertada pela implementação do Acordo fica adormecida quando o cidadão letrado produz e endossa grafias variadas e nada ortodoxas nos tex-

tos que vai encontrando na vida diária. É grande a flutuação ortográfica que se observa nos contatos e contratos comerciais, nas atas de condomínio, por exemplo, na publicidade, e mesmo em textos “revisados”, publicados por editoras, nas placas de trânsito e documentos oficiais, onde nem o Estado segue o que estipula como lei. Nada disso parece causar tanta aflição quanto as poucas mudanças da nova reforma, aplaudida por uns, criticada por tantos outros.

Contudo, é fato que essa nova pequena reforma nunca esteve a serviço de leitores e escritores. E olha que tivemos quase vinte anos para nos dar conta disso! Acordo foi gestado na segunda metade da década de 1980, e o que foi assinado em 2008 foi a sua adoção em definitivo. O texto em si foi redigido em 1990 por notáveis representantes indicados dos então sete países de língua oficial portuguesa, cinco deles africanos, à época mal saídos das lutas de independência, e alguns já em guerra civil. Eram coadjuvantes, portanto, aos quais hoje se agrega o Timor Leste, onde nem no parlamento se fala muito português.

Nenhuma proposta de alteração ortográfica foi sequer emendada desde então. De lá para cá, tudo o que ora se diz podia ter sido dito para sustar a implementação do Acordo, que se previa em vigor já em 1994. A discussão foi acirrada na mídia impressa em Portugal e no Brasil naqueles anos, quando parecia iminente a implementação que só agora acontece. Nada foi alterado.

Ora bem, o Acordo esteve a serviço de interesses muito estritos, como o dos diplomatas que se avexavam todas as poucas vezes em que algum documento importante precisa ser publicado em português em organizações internacionais como a ONU, e não há uma grafia aceita por Brasil e Portugal. Antônio Houaiss, o principal representante brasileiro na elaboração do Acordo, era, entre tantos outros, professor de português, diplomata, depois cassado, por fim tradutor, grande



Salvador Cesari, o palhaço Babalu, foi alfabetizado há um ano, mas diz que ainda “trupica” nas letras

dicionarista e justamente imortal. Os problemas a resolver eram da ordem da política internacional, e Houaiss logrou *soluções diplomáticas possíveis* para os *fins restritos* de resolver a grave questão da duplicidade de grafias oficiais. As soluções possíveis, forjadas nos anos 1980, quando mal surgiam as tecnologias que hoje nos rodeiam, certamente não foram as melhores,

O Acordo esteve a serviço de interesses muito estritos, como o dos diplomatas

nem foram testadas tecnicamente, nem deliberadas democraticamente.

A solução mais simples de todas, aceitar as duas normas da nossa língua bipolar, não prosperou. Temos, então, um acordo de aproximação ortográfica e, de lambuja, um amontoado de regras que talvez resulte em ainda mais flutuação ortográfica, agora com promoção oficial. Isso é bem ao gosto dos que, para brandir exclusão, vivem de ditar e julgar o que é certo e errado na língua, servindo-se da crença de que a escrita é a língua, e de que a ortografia é a escrita.

E de novo é curioso que caiba à

Academia Brasileira de Letras, de costas para os fatos e para a reflexão que se faz sobre a língua em diversas outras instituições mais democráticas, a prerrogativa de ditar o que é certo e errado. Foi lá, em cerimônia no Salão Nobre do Petit Trianon, que o Presidente Lula assinou a promulgação do protocolo de modificação e regulação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, dizendo que assim o Brasil se reencontrava “com suas raízes mais profundas”, referindo-se quicá às por certo valiosas alianças com Portugal e a África de língua oficial portuguesa.

Pois mesmo a ABL tem dificuldade com a “nova” regra do hífen, que reza que devem ser aglutinadas as palavras compostas “quando se perdeu, em certa medida, a noção de composição”. Quem sabia que tinha uma tal noção de composição antes de perdê-la, em certa medida? Parece brincadeira, mas é coisa séria, assunto para muitas agendas, colunas e consultórios gramaticais. É pena que o Acordo, que era de *unificação*, resignou-se a ser de *aproximação* e parece nos encaminhar para ainda mais *flutuação* ortográfica.

Em alguns pontos, o Acordo até desune as grafias brasileira e portuguesa: palavras como “recepção”, antes grafadas de modo idêntico em ambas as normas, passam a ter grafia “nacional” distinta conforme a pronúncia, e assim os portugueses devem deixar de grafar o “p” que para eles é mudo. Além disso, pelos protestos contra a

“brasilianização” do idioma, é duvidoso que os portugueses aceitem os hereditos e revisões expedidos pela ABL. nesses primeiros meses da açodada implementação a solo do Acordo no Brasil. Em Portugal, vão continuar escrevendo espargos, imans e Moscovos; aqui, aspargos, ímãs e Moscou.

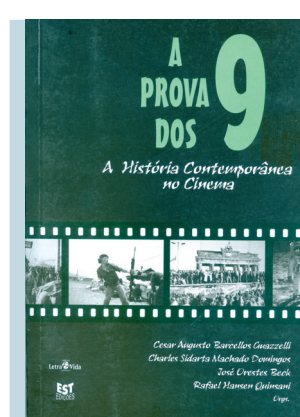
Mas isso é o de menos, o que importa é que agora todos vamos poder achar que temos uma língua internacionalmente aceita, com duas ortografias aproximadas, mas oficiais, ainda que em bravia flutuação. Ainda bem que hoje temos corretores ortográficos eletrônicos. As versões eletrônicas dos textos na velha ortografia, quem puder que as revise para que possam servir para buscas... Mas talvez seja melhor esperar um pouco para investir num dicionário, é o que nos recomenda o oráculo de Pasquale Cipro Neto...

Daqui a cem anos vamos todos ler e escrever, e ninguém mais vai lembrar que ideia e voo tinham acento. Tomara que daqui a cem anos todos os falantes de português tenham acesso à escrita e, principalmente, aos discursos que se organizam a partir dela. Quem sabe assim não haverá mais por que mexer na ortografia por decreto de regras desordenadas. Quem viver verá; nós passarinhos.

* Phd em Educação, Cultura e Sociedade pela Universidade da Pensilvânia, professor do Instituto de Letras da UFRGS e pesquisador do CNPq

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO

JU indica



A Prova dos 9 – A História Contemporânea no Cinema

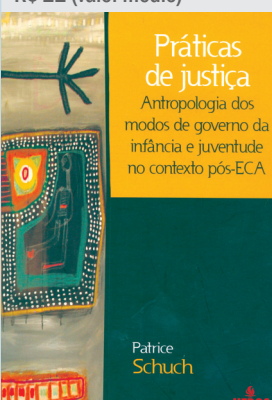
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli et al. (org.)
Suliani Letras & Vida; EST,
2009, 229 págs.
R\$ 20 (valor médio)

Coletânea de artigos produzidos a partir das palestras ministradas no Ciclo de Cinema, História e Educação *A prova dos 9: crises, conflitos e revoluções ao longo da história contemporânea*, realizado no primeiro semestre de 2009 na Sala Redenção da UFRGS. Os “nove” referidos no título dizem respeito aos finais de década marcados por acontecimentos históricos relevantes. Os autores – professores e estudantes de História – usam a linguagem cinematográfica para analisar as visões de mundo que os agentes sociais tinham em relação ao seu passado coletivo. No texto “O Rei está nu... Morra o rei!”, do professor Cesar Guazzelli, o filme abordado é *Casanova e a Revolução*, de Ettore Scola. A história acompanha um encontro imaginário entre Giacomo Casanova,

Restif de La Bretonne e Tom Paine, nos dias em que Luís XVI e a família real tentavam fugir de Paris para a Áustria. Marco da Era Contemporânea, a Revolução Francesa é vista pelos olhos de cada um desses personagens, figuras exemplares daquele momento de transição em que novos valores ultrapassam as certezas de uma geração. Na análise de Guazzelli, um quarto personagem resume o antigo regime que ali se encerrava: a roupa do rei, cuidadosamente depositada sobre uma cadeira, enquanto seu dono era levado de volta à capital francesa e dali à guilhotina. Os trajes reais representavam para o povo todos os direitos divinos da nobreza, simbolizando uma sociedade injusta e desigual que se afirmava em direitos e deuses inexistentes. (Ânia Chala)

Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA

Patrícia Schuch
Editora da UFRGS, 2009, 296 págs.
R\$ 22 (valor médio)



A infância tornou-se objeto de intervenções sociais no século XX, quando surgiram leis, noções de família, ideologias de governo e, finalmente, a caracterização dessa fase do desenvolvimento. No Brasil, com o fim da Ditadura, chega-se à forma contemporânea de gestão das políticas de atenção a crianças e adolescentes, que passam a ser entendidos como “sujeitos de direitos”, com a proteção integral do estado e da comunidade. Motivada pela sua experiência como socióloga da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do RS (FEBEM, atual FASE), Patrícia Schuch realiza uma profunda análise desse quadro, esquadriando as práticas cotidianas de agentes jurídicos, com a finalidade de contribuir para a expansão dos avanços legais dos direitos no País. (Jaqueline Crestani)



Democracias, Violências e Lutas Sociais na América Latina

José Vicente Tavares dos Santos (org.)
Editora da UFRGS, 2009
279 págs.
R\$ 30 (valor médio)

Desde o fim dos regimes ditatoriais, os governos da América Latina têm-se esforçado para construir democracias que representem de fato as suas populações. Essa obra, porém, mostra o quão difícil é atingir esse objetivo sem solucionar as desigualdades de um continente em que a violência norteia as interações sociais. Em *Geopolítica e drogas en el hemisferio occidental: apuntes para una actualización*, o pesquisador Luis Salazar analisa a ineficiência da “guerra às drogas” e o fato de os EUA a usarem como pretexto para atuar militarmente nas nações vizinhas. Os artigos do livro foram apresentados no XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, realizado em 2005 na UFRGS. (Ariel Fagundes)